

Capacitando as escolas para a igualdade no ensino

Atualmente, 122 dos 642 estabelecimentos de ensino público no Distrito Federal são inclusivos. Ou seja, adotam a filosofia de levar portadores de necessidades especiais para dentro da sala de aula convencional. Apostando na diversidade. No aprendizado em conjunto. Na formação de cidadãos sem preconceitos. Até porque o universo dos portadores de necessidades especiais na rede pública não é tímido. São 13 mil estudantes.

Outras 13 escolas são especia-

lizadas. Tratam exclusivamente da educação de deficientes. A meta estabelecida pela legislação e encampada pelo Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Educação, é que, até 2007, todas as unidades de ensino estejam aptas a acolher todos os alunos.

MUDANÇA DE PARADIGMA - O objetivo de inclusão vem sendo gradativamente cumprido, de acordo com a Diretoria de Ensino Especial da Secretaria de Educação. Prin-

cipalmente em torno de um projeto inovador, batizado de *Igualdade nas Diferenças*.

A proposta está numa fase de transição entre as políticas de integração e inclusão. Na integração, o portador de necessidade especial frequenta a mesma escola, mas em classe diferente. A inclusão rompe essa barreira e leva o deficiente ao ensino regular. É uma mudança de paradigma. Exige a adaptação da escola, tanto na parte física quanto na estrutural. Torna essencial aos

professores a capacitação específica e necessita que a comunidade entenda os benefícios da opção.

APERFEIÇOAMENTO - A capacitação tem sido freqüente. Em 2004, 1768 profissionais de educação passaram por um curso de 20 horas. Em outubro, a partir do dia 10, será desenvolvido um novo, de 40 horas, exclusivo para professores. O Censo Escolar de 2004 identificou 3.200 docentes nessa área.

Da mesma forma que a escola se

adapta, os currículos também. Terão de levar em conta aptidões, habilidades e capacidades de desenvolvimento. A avaliação será diferenciada. Os resultados cobrados, também.

Na face estatística, que demonstra em números os resultados da política pública, entre 2002 e 2004 cresceu 24% o número de alunos especiais matriculados nas classes comuns. Ao mesmo tempo, caiu 10,4% o índice de matrículas nas classes especiais.